



Contribuições da Disciplina de Libras na Formação Inicial de Professores de Matemática

Contributions of the Libras Discipline for Prospective Mathematics Teachers

Denner Dias Barros¹

Miriam Godoy Penteado²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns elementos de uma disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ofertada em um curso de formação inicial de professores de matemática de uma universidade pública do interior de São Paulo. São discutidos aspectos que podem contribuir para a formação de professores, tomando como referência a perspectiva da Educação Inclusiva. A inserção da disciplina de Libras para os cursos de formação de professores tornou-se obrigatória a partir do Decreto nº 5626/2005 e, desde então, currículos estão sendo alterados visando a implementação da lei. Neste estudo, os dados foram compostos pelas ementas da disciplina e entrevistas semiestruturadas, com base nos quais foram discutidas as possíveis contribuições para a formação destes profissionais. Dentre todos os aspectos que emergiram, ressaltamos o desenvolvimento de um novo olhar para as diferenças, o planejamento de ensino em uma perspectiva inclusiva e o aprendizado da Libras..

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Libras. Formação de Professores. Educação Matemática.

ABSTRACT

The aim of this article is to present some elements of the Brazilian Sign Language (Libras) course offered for prospective mathematics teacher education of a public university in a city of São Paulo. We discuss aspects that can contribute to the education of teachers, taking as reference the perspective of inclusive education. The

¹ Mestre em Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista/Unesp. Doutorando em Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista/Unesp, Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: dennerdias12@gmail.com.

² Livre Docente em Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista/Unesp. Professora Voluntária do Departamento de Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista/Unesp, Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: mirgps@gmail.com

inclusion of the discipline of Libras in teacher education became mandatory from Decree 5626/2005 and, since then, curriculum are being adjusted in order to follow the law. In this study, the possible contributions for the prospective teachers were discussed based on the analysis of the syllabus and semi-structured interviews. Among all the aspects that emerged, we highlight the development of a new perspective at the differences, the planning of teaching in an inclusive perspective and the learning of Libras.

Keywords: Inclusive Education. Brazilian Sign Language. Teacher Education. Mathematics Education.

Introdução

Com a implementação de políticas que buscam proporcionar educação para todos e de qualidade, diversas medidas foram implementadas e mobilizações tornaram-se necessárias em diversos âmbitos para incluir grupos que foram historicamente excluídos.

De acordo com Ribeiro (1993), nossa primeira organização educacional no país foi composta pela Companhia de Jesus a partir de 1534, onde os homens de classe social dominante tinham acesso, excluindo-se os primogênitos (herdeiros dos negócios da família) e todo o restante da população.

Esta primeira forma de organização priorizava a ampliação de mão de obra para os grandes proprietários de terras e perpetuou-se por muito tempo.

Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditavam ser neutra (RIBEIRO, 1993, p.15).

Ao longo da história, temos movimentos importantes que buscaram superar este cenário, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, mas ainda neste período, a responsabilidade e a tarefa de optar pelo modo como os filhos seriam educados era da família.

Com a Constituição Federal de 1988, houve mudanças significativas para contemplar os princípios da democratização da escolarização. Este documento foi seguido de outros como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº2/2001), que evidenciam a busca pela inclusão de todos os estudantes na escola.

No que diz respeito aos estudantes surdos, foco da discussão deste artigo, há legislação específica para atender as particularidades linguísticas decorrentes do fato de terem a comunicação na modalidade visual-espacial e não de forma oral. “O surdo, mesmo que ele e sua família não saibam de sua surdez, irá usar um canal para ter acesso às informações do mundo: o canal visual” (MOURA, 2014, p.15).

A criança surda, filha de pais ouvintes, inicia sua comunicação com os seus familiares utilizando muitas vezes gestos caseiros, sem muitas características linguísticas da língua de sinais oficial de seu país. Entretanto, a utilização de um sistema linguístico próprio, que tenha uma organização formal, tende a possibilitar a interação da pessoa surda com a comunidade a qual pertence. A língua de sinais compõe essa possibilidade de interação social do indivíduo surdo com o mundo, sendo assim essencial.

Durante muito tempo, os surdos de todo o mundo estiveram à margem da sociedade. Quando tiveram garantido o acesso a escolarização, submetiam-se a práticas baseadas na perspectiva Oralista em que a pessoa surda precisa aprender a oralizar sendo proibida a comunicação em língua de sinais.

Para os surdos brasileiros, o início do século XXI foi marcado com políticas mais específicas, buscando garantir condições de acesso e permanência escolar, acarretando em grandes avanços na inclusão deste público. Um exemplo é a Lei nº 10436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). De acordo com o Art 1º, a Libras é reconhecida como um meio legal de comunicação de pessoas surdas, fato que direciona as instituições de ensino a se organizarem para garantir a inclusão e formação de estudantes nesta modalidade linguística.

Além disso, esta Lei foi regulamentada com o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 que institui uma perspectiva bilíngue para a educação de surdos. Nesta perspectiva a Libras deve ser considerada como a primeira língua dos estudantes surdos e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como a segunda.

Com o objetivo de favorecer uma melhor interação entre professores e estudantes surdos, entendendo que as relações diretas são importantes e que o docente deve ter noções básicas da língua de seu aluno, o Decreto nº 5626/2005 com o Art 3º inclui a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia [...].

§ 1º Todos os cursos de Licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso Normal em nível médio, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, 2005, p.1).

Vale ressaltar que na legislação existe uma especificação de que as instituições teriam um prazo de dez anos para se adequarem e oferecerem a disciplina para todos os cursos, sendo realizada progressivamente, começando pelos cursos de Pedagogia e Letras.

Contudo, neste Decreto não encontramos maiores detalhes tais como a carga horária e a ementa, fato que denota que cada instituição determine sua própria proposta curricular. Por ser algo recente na formação dos professores brasileiros esse tema se torna importante para os pesquisadores na área. Neste artigo apresentamos o resultado de uma pesquisa que foi norteada pelo seguinte questionamento: Como uma disciplina de Libras pode contribuir para a formação de egressos de um curso de licenciatura em matemática no que diz respeito a Educação Matemática na perspectiva da inclusão? Apresentamos uma discussão baseada em elementos que emergiram da análise da disciplina de Libras ofertada para um curso de Licenciatura em Matemática visando à formação de professores para um trabalho voltado às diferenças.

Apresentando o contexto: a disciplina de Libras

As discussões presentes neste artigo são resultado de um estudo de caso realizado com docentes e estudantes egressos de um curso de Licenciatura em Matemática de uma universidade do interior do Estado de São Paulo.


Com o intuito de compreender elementos particulares desta disciplina a opção foi pelo estudo de caso por suas características de uma abordagem “profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados” (GIL, 1991, p.72-73).

Para a composição dos dados foi selecionada uma disciplina de Libras ofertada há um certo tempo para um curso de Licenciatura em Matemática e que possuía um registro de alunos egressos para que pudéssemos entrevistar. O objetivo era conhecer o que esses alunos estavam fazendo depois de graduados e o que consideravam como contribuições da disciplina em sua formação profissional e pessoal.

A disciplina selecionada era ofertada desde 2011. O período para selecionar os egressos foi de 2011 até 2015. Foram entrevistadas também duas docentes, Elvira³ que idealizou a disciplina e Maria, que ministrou a disciplina nos anos de 2013 a 2015. Além das entrevistas, fez parte dos dados uma análise das alterações das ementas feitas durante o período considerado.


Elvira relata que para atender a determinação do Decreto 5626/2005, foi solicitado pela coordenação do curso de Pedagogia de sua universidade, em 2011, que fosse inserida a Libras em uma disciplina optativa que ela já ministrava desde 2003 e que discutia as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em uma perspectiva inclusiva, ou seja, buscando a plena participação de todos. Ao longo da disciplina ela realizava discussões sobre o ensino para os Estudantes Público-Alvo da Educação Especial⁴ (EPAEE).

Esta disciplina ofertada por Elvira, neste ano de 2011, também foi solicitada pela coordenação do curso de Licenciatura em Matemática. Com a carga horária de 75 horas, nos primeiros anos em que foi oferecida desta forma, não tinha um enfoque tão grande no ensino da Libras.



PROFESSORA ELVIRA: (...) quando a Matemática viu que a gente estava oferecendo essa disciplina para a Educação e eles tinham que atender a política, pediram se a gente poderia oferecer também para a Matemática e eu, lógico que falei que sim, mas logo fui chamada para trabalhar no Ministério da Educação.

Com o afastamento da professora Elvira, a docente Maria que já conhecia e acompanhava o trabalho da professora Elvira assume as aulas.



PROFESSORA MARIA: (...) eu sempre acompanhei a professora Elvira, ela ministrava a disciplina de tecnologia na educação e, logo em seguida, entrou a Libras, então eu já atuava como estagiária em algumas aulas, assim, auxiliando ou mesmo fazendo o processo de ensino com a turma. Como o decreto 5626 não deixa em nenhum momento claro como é que tem que ser feito, então a instituição tinha uma especialista em Educação Especial que também discutia questões ligadas à tecnologia, que era a professora Elvira. Nos demais departamentos não tinha ninguém falando ou discutindo sobre isso (...) e aí inicialmente a disciplina de tecnologia, que tem 75 horas, foi organizada com Libras em 20 horas.

³ Foram utilizados nomes fictícios que foram escolhidos pelos próprios participantes no momento da entrevista.

A docente Maria relata como a disciplina foi mudando ao longo dos anos e como ela viu a Libras e a educação de surdos ganharem destaque sem deixar de lado as tecnologias que foram vistas como potencializadoras de práticas inclusivas, uma vez que podem oferecer diversas possibilidades de produção de conhecimento.

Em relação aos egressos, 12 foram convidados por terem cursado a disciplina dentro do período investigado, concluído o curso e com alguma experiência lecionando em escolas. No Quadro 1, estão informações sobre os egressos entrevistados.

Quadro 1 – Informações sobre os egressos entrevistados

Egressos	Ano em que cursou a disciplina	Período que cursou a graduação	Atuação profissional/Formação atual
Andressa	2011	2009 – 2012	Professora substituta no ensino superior público e doutoranda em cartografia.
Carlos	2011	2009 – 2012	Professor voluntário em cursinho comunitário e estudante de engenharia, como segunda graduação.
Euler	2011	2008 – 2011	Professor do ensino superior e do ensino médio em instituições privadas.
Gabi	2011	2008 – 2011	Professora do ensino fundamental e médio em instituições privadas e doutoranda em educação.
Aline	2012	2009 – 2014	Professora de Matemática e física do ensino fundamental e médio da rede pública estadual.
Mateus	2012	2010 – 2016	Funcionário público e ministra aulas particulares.
Francisco	2013	2011 – 2014	Professor do ensino fundamental e médio da rede pública estadual.
Noah	2013	2011 – 2015	Auxiliar de vida escolar no ensino fundamental da rede pública municipal.
Patrícia	2013	2011 – 2014	Professora do ensino fundamental e do ensino superior e mestranda em Matemática aplicada.
Rafaela	2013	2011 – 2015	Estudante de curso superior tecnológico como segunda graduação e ministra aulas particulares.
Eduardo	2014	2012 – 2015	Professor de reforço de Matemática

			para o ensino médio em instituição privada.
Fernando	2014	2012 – 2015	Professor do ensino fundamental e médio da rede privada e no ensino superior em uma instituição pública. Mestrando em Matemática aplicada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apresentaremos, a partir deste contexto, quais foram as principais contribuições da disciplina de Libras para a formação destes egressos de um curso de Licenciatura em Matemática.

Após uma disciplina, o que fica?

Santana, Rinaldi e Schlünzen (2014) investigaram as disciplinas de Libras nos cursos de Pedagogia de diversos câmpus da Universidade Estadual Paulista – Unesp e apontam que são necessárias constantes mudanças, com mais investimentos para a formação destes professores e, “isto implica numa melhor organização da disciplina de Libras, que, neste momento, constitui-se o principal instrumento que o professor terá para atuar na educação de crianças surdas na escola regular inclusiva” (SANTANA, RINALDI, SCHLÜNZEN, 2014, p.135).

Ampliando essa ideia, acreditamos que não favorece apenas a educação de surdos, mas de todos os estudantes, principalmente os EPAEE. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário transpor algumas barreiras. Neste sentido, compreendemos que a disciplina investigada pôde contribuir para preparar os futuros professores de matemática para alguns desafios do contexto escolar.

Conseguimos destacar principalmente três contribuições: O desenvolvimento de um novo olhar para as diferenças; o planejamento do ensino em uma perspectiva inclusiva; o aprendizado da língua.

O desenvolvimento de um novo olhar para as diferenças

Consideramos ser essencial que os professores atuem em uma perspectiva inclusiva e de valorização de todas as diferenças em uma escola tão heterogênea. O trabalho de Cintra (2014) foi desenvolvido no contexto da Licenciatura em Matemática, utilizando o Trabalho com Projetos, para proporcionar o desenvolvimento de atividades inclusivas e os participantes

de sua pesquisa, de acordo com a pesquisadora, puderam superar preconceitos e reconhecer seus estudantes em sua totalidade, com suas facilidades, dificuldades, defeitos e qualidades.

Ao questionarmos a professora Elvira, idealizadora da disciplina, ela relatou também que o principal da disciplina seria a mudança de olhar para os EPAEE, não mais pelo viés da incapacidade, da falta ou de assistencialismo, mas pela possibilidade e reconhecimento de potencialidades.

PROFESSORA ELVIRA: O mais importante é que ele entenda o papel dele como educador. Eu acho que a gente não consegue prever todos os desafios que um aluno vai ter, mas ele tem que compreender que eu não tenho o direito de rejeitar, nem achar que alguém é incapaz. Eu, como educador, tenho que buscar meios, estratégias para incluir essa criança.

O egresso Francisco relata que uma das primeiras aulas da disciplina foi marcante para ele para mudar sua perspectiva sobre os EPAEE, quando a professora Maria conta sobre sua experiência, ainda como aluna de graduação, em que alfabetizou uma jovem com paralisia cerebral utilizando o computador.

FRANCISCO: Para as minhas experiências, na escola, que eu tive de contato com os alunos deficientes, algumas coisas foram aproveitadas, como, por exemplo, um olhar diferenciado para inclusão, porque estar no mesmo prédio não é incluir alguém, mas porque a gente passou por essas discussões aqui. O fato da professora ter apresentado a alfabetização que ela fez com aquela aluna, com aquelas condições que são muito parecidas com as alunas que eu tenho na escola também me deixaram com outro olhar.

Professora Maria também entende essa troca de experiências como sendo essencial para que os discentes da Licenciatura em Matemática vejam seus alunos pelo viés das possibilidades e podendo sempre se desenvolver.

PROFESSORA MARIA: Busquei trazer as minhas experiências com pessoas com lesão cerebral. Era uma pessoa com 14 anos, cheia de vida, cheia de desejos, mas que não sabia se comunicar formalmente com a escrita e ela não falava. Eu estava diante dela, como uma estagiária, só que eu tinha um compromisso, o compromisso seria que ela se emancipasse, que ela aprendesse. Então, em nenhum momento eu fiquei falando que ela não pode, que ela não era capaz, pelo contrário, eu fui buscar o que tinha e o que não tinha para potencializar as habilidades dela. Então, a gente foi, usou chat, usou coisas que eram de dentro do contexto dela e em pouco tempo ela estava alfabetizada, se comunicando, encontrando parentes lá no Nordeste, na região Norte, quer dizer: será que é uma pessoa que não tem capacidade ou somos nós que não?

Para Tardif (2002), este momento de compartilhamento de experiências pode ser entendido como constituinte de saberes docentes que são construídos nos mais diversos

contextos. São experiências dentro ou fora da escola e universidade, seja no cotidiano, nas salas de professores ou na formação inicial através de atitudes e falas dos docentes.

Esta mudança de olhar também esteve presente nas falas de Mateus e Carlos. Eles dizem que puderam pensar em seus alunos e suas particularidades, sejam eles surdos ou ouvintes. O professor precisa estar atento as diferenças.

MATEUS: (...) com que frequência será que esse pessoal aparece e a gente não tem nem noção? Às vezes, a gente está vendo um aluno ali e tem vários graus de dificuldade e deficiência e talvez a gente tem um aluno na nossa sala de aula e a gente não está dando nem ouvido para ele e talvez nem é a Libras, mas as vezes ele faz leitura labial e as vezes você colocar um aluno que tem dificuldade e você conseguir falar de maneira clara para ele ler os seus lábios, isso também é uma forma de inclusão. Então, são esses aspectos que me fizeram abrir os olhos, (...) mais do que aprender, foi esse momento de refletir, dentro da disciplina, que eu achei interessante.

CARLOS: Cada aluno aprende de um jeito e a gente enquanto professor tem que tentar ensinar de várias formas, tentar pensar sempre em todos os alunos e não em padronizar o ensino. Um problema que a gente enfrenta, pelo menos eu vejo que a gente enfrenta, é que a gente quer padronizar o ensino e é impossível, visto que cada aluno aprende em uma velocidade, cada aluno tem uma bagagem cultural construída e eles não vão conseguir aprender no mesmo ritmo.

Este desenvolvimento de um olhar para as diferenças em que os professores reconhecem seus alunos como singulares auxilia a vencer os estereótipos culturais que são construídos socialmente e que influenciam em ações decisões pedagógicas tomadas pelos professores quando o aluno se enquadra em determinada categoria (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2003).

Um dos momentos apontados pelos participantes como propício para que pudessem refletir sobre a realidade dos EPAEE no contexto escolar foi o contato com pessoas surdas durante a disciplina.

PATRÍCIA: Veio, não lembro o nome do moço, que era surdo e ele deu um sinal para cada um e a gente fez apresentações, diálogos em Libras e foi divertido. (...) veio para apresentar uma música. Ensinar a gente como a gente fazia. Chamava “24 horas” a música, nem lembro mais de quem que é, mas ele fez toda a apresentação e a gente aprendeu. Aí ele deu um sinal para cada pessoa também. Foi difícil porque tinham 40 pessoas na sala. E foi isso, ele contou um pouco da vida dele. Foi importante para gente ver, porque eu mesma, não tenho contato com uma pessoa surda. Então, para a gente ver como a matéria é importante, porque ele só se comunica dessa forma.

CARLOS: (...) ela [professora] trouxe um menino que ele era surdo e veio conversar com a gente, falar da realidade dele enquanto aluno deficiente, inserido no ensino básico, assim sabe, mas de resto eu não lembro, não

lembro mesmo. Então, ele tentou passar para a gente, conversar mesmo com a gente, na “linguagem de sinais” sobre a dificuldade que eles enfrentam no ensino, porque a gente não tem estrutura. Os professores não são formados na linguagem de sinais, então para eles é tudo mais complicado (...). Então, ele sofreu essa dificuldade, sabe, ele passou por essa dificuldade de ter que aprender tudo mais difícil, nesse sentido que, não sei como aprende se não tiver ninguém para auxiliar na linguagem de sinais ali.

Essas falas nos indicam que pela presença de pessoas surdas na disciplina, os alunos da licenciatura puderam conhecer as dificuldades vivenciadas e reconhece-los como capazes, superando estereótipos. Pereira (2008), analisou os desafios da implementação de Libras no ensino superior e ressalta que “é importante, também, que as universidades promovam, além da Libras, como disciplina curricular obrigatória, a interlocução de surdos e ouvintes bilíngues na intenção de abrir os espaços escolares nas trocas de saberes e a construção real de conhecimentos” (PEREIRA, 2008, p.81).

O planejamento do ensino em uma perspectiva inclusiva

Pensando na própria prática, os entrevistados relataram que algumas propostas apresentadas na disciplina foram significativas para a formação, uma vez que foram incorporadas nos planejamentos de aula e na forma de ensinar, buscando a participação de todos os estudantes em suas aulas.

CARLOS: (...) a gente tem que rever a nossa forma de ensino. Então, a contribuição eu acho que foi bem isso, de ver várias formas de ensinar um mesmo conteúdo. Ainda mais do que, na Matemática tem aquela coisa muito regrada, muito certa e muitas vezes acaba sendo o ensino por reprodução.

Durante a disciplina, os alunos tiveram acesso à recursos e estratégias que tinham como objetivo práticas inclusivas. Mesmo que não se recordem de detalhes, a professora Elvira ressalta que é essencial que eles conheçam possibilidades de ações que possam nortear seu trabalho no futuro.

PROFESSORA ELVIRA: O mais importante é que ele entenda o papel dele como educador. Eu acho que a gente não consegue prever todos os desafios que um aluno vai ter, mas ele tem que compreender que eu não tenho o direito de rejeitar, nem achar que alguém é incapaz. Eu, como educador, tenho que buscar meios, estratégias para incluir essa criança. E, também que existem outras abordagens que vão facilitar tanto para mim como educador, quanto para o meu aluno para que ele aprenda de fato, porque se você for ver, o aluno, ele aprende para responder para a escola, os discentes das escolas, eles aprendem para responder para a escola aquilo que ela pede, eu te ensino tal coisa e quero ver se você aprendeu.

Para Gabi, por exemplo, foi importante o fato da disciplina ter sido conduzida a partir de trabalho com projetos, pois é algo que ela adotou como prática ao atuar como professora de Matemática.

GABI: A professora nos apresentou a pedagogia de projetos. Então, dentre as possibilidades, ela se aprofundou nessa. O que é muito bacana porque ali eu já conheci e hoje eu utilizo. A partir daquele momento eu aprendi isso e até hoje eu utilizo. Pesquisei sobre isso, então, teve algo significativo para mim também.

De acordo com Cintra (2014, p.44), utilizar o trabalho com projetos “possibilita a diversidade de opiniões e a troca de saberes entre os envolvidos e oportuniza que se estabeleça uma relação próxima entre aprendizagem e investigação”. Como dissemos anteriormente, um dos objetivos da disciplina era apresentar as TDIC como possibilidade para o estabelecimento de práticas inclusivas. Para relacionar as duas temáticas, uma das atividades tinha como objetivo a busca de recursos e estratégias inclusivas para a elaboração de planos de aula, onde os alunos deveriam refletir sobre o contexto escolar e elaborar um projeto usando as TDIC. Esta atividade foi ressaltada na fala de Fernando.

FERNANDO: Eu lembro de vários momentos. Eu lembro dos projetos, dos planos de aula que foram apresentados dos outros alunos, que foi uma parte bem interessante também. Muita coisa que eu conheci de softwares, que eu não conhecia, foi uma oportunidade boa em que eu aprendi.

O participante Eduardo relata alguns detalhes sobre como foi o desenvolvimento desta atividade e acerca das principais reflexões que foram proporcionadas.

EDUARDO: Na primeira parte, a gente tinha trabalhado num plano de aula utilizando um dos softwares que tinham sido apresentados. E, na segunda parte, quando a gente aprendeu a parte de Libras, a gente teve que dar uma modificada nesse projeto, nesse plano de aula, para poder “inserir” um aluno com deficiência. Então, a gente meio que tinha que pensar: “E se eu tiver um aluno que não consegue me ouvir na sala, como é que eu vou fazer”? Então aí a gente teve que pensar em situações de acrescentar um intérprete e como ia fazer para esse aluno entender. No meu caso foi sobre frações, então, a gente podia apresentar as frações e, depois, a gente tinha um joguinho que levava os alunos, tinha algumas questões e eles iam respondendo e ganhando peças que representavam frações de uma chave.

A egressa Patrícia relata que outra atividade realizada neste sentido foi a visita em uma escola regular, onde os alunos deveriam realizar uma investigação sobre os recursos presentes naquele contexto e as condições de acessibilidade.

PATRÍCIA: A gente fez um trabalho em que a gente teve que ir em alguma escola para verificar, mas aí era no geral, o que é que eles tinham lá de

acessibilidade. A gente foi em um colégio e conversamos com a coordenadora e ela mostrou bastante coisa que tinha lá. Tinham uns materiais que podiam usar e acessibilidade no geral da escola também.

Através dos relatos dos entrevistados, vemos que se aproximar da realidade escolar, conhecer e explorar recursos e estratégias para o desenvolvimento de ações para o ensino de Matemática em uma perspectiva inclusiva contribuíram para a formação voltada para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

O aprendizado da língua

Outro fator que os egressos ressaltaram foi a importância de terem um contato inicial com a Libras. A importância do conhecimento básico da Libras é ressaltada no trabalho de Santana, Rinaldi e Schlünzen (2014) que apontam como uma maneira de buscar transpor a barreira linguística que os alunos surdos encontram no contexto escolar. Os egressos Noah e Mateus relatam que apesar de não se lembrarem muito da língua, o estudo na disciplina ofereceu uma base para um aprofundamento posterior.

NOAH: As aulas práticas, eu acho que, se eu tivesse entrado num curso específico de Libras, talvez hoje conseguiria me comunicar com uma pessoa surda com mais facilidade, teria aprendido mais, mas infelizmente eu parei, porque o lugar onde eu estou não tem curso de Libras próximo.

MATEUS: Eu acho que eu teria condições de pesquisar, porque tipo assim, eu tenho a base e hoje eu esqueço, só que se eu começar a pesquisar e ler, eu acredito que isso aí volta naturalmente para você e eu acho que você consegue conversar, pelo menos o passo-a-passo no começo para trabalhar com ele.

Na pesquisa de Feltrin (2014) foi realizada uma análise de expectativas e dilemas da inclusão de disciplinas de Libras na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e o autor percebeu que uma grande expectativa dos alunos era relacionada ao aprendizado da língua.

(...) encontrou-se como dilema a carga horária da disciplina, a partir da qual os graduandos criam expectativas com relação ao domínio da língua e, em pouco tempo, acaba a disciplina. Portanto, gera a necessidade de continuidade, do aprimoramento contínuo. Sendo assim, a disciplina cumpre um dos papéis da formação inicial que é o incentivo à formação continuada e permanente dos professores (FELTRIN, 2014, p.97-98).

A questão da carga horária também esteve presente nas falas dos egressos Euler e Gabi que além de questionarem o pouco tempo disponível para estudo destes temas na formação inicial, trouxeram algumas propostas:

EULER: Eu acho que deveria ter o curso mais de um ano. Eu acho que assim como tem cálculo I, II e III, deveria ter Libras I no segundo ano e Libras II no quarto ano, onde Libras I enfoque a teoria e um pouco de prática e Libras II mais prática e as vezes até um estágio, levar ou trazer alguns alunos para a faculdade e os próprios licenciandos possa conversar com esses alunos.

GABI: A Libras tinha que vir depois de uma disciplina sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Há muitos colegas que não sabem o que é Educação Especial e qual é o papel dessa Educação Especial, o que é a Educação Inclusiva. Eu acho que a disciplina de Libras deveria ser obrigatória, ser anual e vir depois dessa disciplina introdutória de Educação Inclusiva.

Por ter uma carga horária pequena e pela proposta de abordar outras questões além do ensino da língua, não foi possível um aprofundamento do estudo da Libras. Compreendemos que a proposta não é a de que o futuro professor de Matemática se torne fluente, mas que se sinta confiante para interagir com um aluno surdo e com o intérprete e que possa realizar outros estudos posteriormente.

Neste sentido, ressaltamos a importância do papel do intérprete de Libras que é garantido também pelo Decreto 5626/2005 para os estudantes surdos em todos os níveis de escolarização. Entretanto, professor e intérprete desempenham papéis diferentes em sala de aula e o fato dos professores conhecerem o básico da Libras favorece a constituição de um ambiente inclusivo.

Considerações Finais

A disciplina de Libras constituiu-se como um momento relevante na formação de professores para o contexto investigado. No curso de Licenciatura em Matemática aqui referenciado, ela representou o único momento para futuros professores participarem de discussões sobre Educação Especial e Inclusão.

As mudanças de olhares decorrente das discussões na disciplina foram significativas. Ressaltamos principalmente esta contribuição, pois além de conhecerem ferramentas e estratégias para a prática futura e terem o contato básico com a Libras, muitos sentiram-se motivados para buscar mais sobre inclusão e para aprenderem a língua.

A construção de saberes acerca de planejamentos para práticas inclusivas também foi essencial na formação destes professores, que apesar da imprevisibilidade do cotidiano escolar, sentiram-se mais preparados para a diversidade presente no contexto escolar.

O aprendizado da Libras também deve ser destacado, já que um curso de Licenciatura em Matemática pode promover o conhecimento da Libras para proporcionar uma comunicação inicial com uma pessoa surda. Além disso, nesta disciplina também é possível conhecer particularidades da forma como as pessoas surdas se comunicam. O processo de comunicação em sala de aula é um dos aspectos fundamentais para favorecer o aprendizado.

Reconhecemos que são diversas as formas de organização para uma disciplina de Libras e que muitas vezes é um espaço privilegiado para que discussões sobre Educação Inclusiva sejam feitas. Entretanto, consideramos ser necessário que estes espaços sejam ampliados, já que apenas retratamos a realidade escolar quando pensamos em um contexto plural e repleto de diferenças.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 01 mar. 2017.

CINTRA, V. P. **Trabalho com projetos na formação inicial de professores de matemática na perspectiva da educação inclusiva**. 2014. 137 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Unesp, Rio Claro/SP, 2014.

FELTRIN, S. G. N. **A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas da UNESCO: dilemas e expectativas.** 2014. 111 p. Dissertação (mestrado em Educação), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E. Ação moral e estereótipos culturais. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 2003. p.171-190.

MOURA, M. C. Surdez e Linguagem. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). **Tenho um aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 13-26.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 12 de set. de 2017.

PEREIRA, T. L. **Os desafios da implementação do ensino de Libras no Ensino Superior.** 2008. 94 f. Dissertação (mestrado em Educação), Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ribeirão Preto/SP, 2008.

RIBEIRO, P. R. M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Ribeirão Preto: Paidéia [online]. 1993, n.4, p.15-30.

SANTANA, J. A. S.; RINALDI, R. P.; SCHLÜNZEN, E. T. M. Análise das Disciplinas de Libras nos Cursos de Formação Inicial em Pedagogia da Unesp. In: SCHLÜNZEN, E. T. M.; RINALDI, R. P. (Org.). **Formação de educadores: compromisso com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** São Carlos: ABPEE: Marquêsine & Manzini, 2014. p.115-136.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

Submetido em Novembro de 2018

Aprovado em Dezembro de 2018